

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.869.282 - PB (2020/0075507-2)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
RECORRENTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
RECORRIDO : RANYERI D AVILA ALVES COELHO  
ADVOGADOS : MIGUEL MOURA LINS SILVA - PB013682  
HENRIQUE TENÓRIO DOURADO - PB013415

**DECISÃO**

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CÓDIGO FUX. PAGAMENTO DE PARCELAS ATRASADAS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DÉBITO. DIREITO AO RECEBIMENTO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA 283/STF. RECURSO ESPECIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA NÃO CONHECIDO.*

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, que objetiva a reforma do acórdão proferido pelo egrégio Tribunal Regional Federal da 5a. Região, assim ementado:

*Processual Civil e Administrativo. Apelação contra sentença que julgou procedente o pedido autoral, para condenar a parte ré no pagamento de parcelas atrasadas decorrentes das diferenças da gratificação RT-RSC III, referente ao período de março de 2013 a dezembro de 2014, no valor de R\$ 60.853,29, mais juros de mora e correção monetária, no período anterior à vigência da Lei 11.960/09, de acordo com o Manual de Cálculo da Justiça Federal vigente, e correção monetária, de acordo com a Lei 11.960/09, até 25 de março de 2015, e após a atualização deve ser pelo IPCA-E, com a condenação em honorários advocatícios sucumbenciais no valor de dois mil reais, nos termos do art. 20, § 4º, do Código de Processo Civil de 1973.*

*- Busca a parte apelante a reforma da sentença para que: 1) seja extinto o processo sem resolução mérito, tendo em vista a falta de interesse de agir da parte apelada; 2) julgado improcedente o pedido autoral, para não ser compelida a realizar de imediato o pagamento do montante devido, diferenças salariais referentes aos exercícios anteriores; ou 3) os cálculos da atualização dos valores devidos sejam efetuados nos moldes do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/97.*

*- Desarrazoada a alegação de falta de interesse de agir diante do reconhecimento administrativo sem o cumprimento espontâneo da obrigação.*

# Superior Tribunal de Justiça

- No mérito, descabida a argumentação da apelante, pois o beneficiário/demandante não precisa se sujeitar ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração, quando esta, já passado tempo suficiente para efetivar o pagamento, permanece sem adotar as providências administrativas necessárias à realização do regular adimplemento do crédito, através de atos que possibilitem a prévia dotação orçamentária, mormente quando a verba possui natureza alimentar. Precedentes: PJe AC 08062946320154058300-PE, des. Paulo Machado Cordeiro, julgado em 04/08/2016; PJe AC 08000068420104058200-PB, desta relatoria, julgado em 28/05/2013; EDAGRESP 200900613422, min. Nefi Cordeiro, publicado no DJE em 30/11/2015; PJe AC08042902420134058300-PE, des. Raimundo Alves de Campos Jr. (convocado), julgado em 27/01/2015.

- Adoção, como critério de atualização monetária para o caso em apreço, do previsto no vigente Manual de Cálculos da Justiça Federal, acompanhando entendimento jurisprudencial desta Turma.- Improvimento à apelação (fls. 306/307).

2. Nas razões de seu Apelo Nobre, a parte recorrente alega violação dos arts. 1.022 do Código Fux; 37 da Lei 4.320/1964; 22 do Decreto 93.842/1986; 1o.-F da Lei 9.494/1997, aos seguintes argumentos: (a) o acórdão recorrido, a despeito da oposição dos Embargos de Declaração, foi omissos sobre pontos relevantes ao deslinde do feito; (b) é vedado ao Administrador Público efetuar pagamentos cujas despesas não constem do orçamento anual; (c) em relação aos juros e correção monetária, deve-se respeitar o disposto no art. 1o.-F da Lei 9.494/1997, com redação dada pela Lei 11.960/2009.

3. Por ocasião do juízo de admissibilidade, foi negado seguimento ao Recurso Especial da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, com base no art. 1.040, I do Código Fux (CPC/2015), no que diz respeito aos juros e correção monetária, sob o fundamento de que a decisão guerreada se ajusta ao quanto decidido no REsp. 1.495.146/MG (Tema 905), julgado de acordo com o regime dos recursos repetitivos (fls. 428/429).

4. É o relatório.

5. Cuida-se, na origem, de Ação de Cobrança ajuizada em face da Universidade Federal da Paraíba em que se pleiteia o pagamento de valores

reconhecidos administrativamente e que não teriam sido pagos pela Administração Pública sob o argumento de ausência de dotação orçamentária.

6. Inicialmente, no que diz respeito à suposta ofensa ao art. 1.022 do Código Fux (CPC/2015), observa-se que o Tribunal *a quo*, ao contrário do alegado, manifestou-se fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação e, ao final, decidiu contrariamente aos interesses da parte, que buscou, com os Embargos de Declaração, a reapreciação do mérito da causa. Logo, em virtude da não ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade, não se verifica ofensa à regra ora invocada.

7. No mais, a questão controvertida reside na alegação da Universidade Federal de que não poderia ser compelida ao pagamento dos valores sem que haja a devida previsão orçamentária.

8. Acerca do tema, o Tribunal de origem concluiu que:

*Desarrazoada a alegação de falta de interesse de agir diante do reconhecimento administrativo sem o cumprimento espontâneo da obrigação.*

*No mérito, descabida a argumentação da apelante, pois o beneficiário/demandante não precisa se sujeitar ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração, quando esta, já passado tempo suficiente para efetivar o pagamento, permanece sem adotar as providências administrativas necessárias à realização do regular adimplemento do crédito, através de atos que possibilitem a prévia dotação orçamentária, mormente quando a verba possui natureza alimentar. Precedentes: PJe AC 08062946320154058300-PE, des. Paulo Machado Cordeiro, julgado em 04/08/2016; PJe AC 08000068420104058200-PB, desta relatoria, julgado em 28/05/2013; EDAGRESP 200900613422, min. Nefi Cordeiro, publicado no DJE em 30/11/2015; PJe AC08042902420134058300-PE, des. Raimundo Alves de Campos Jr. (convocado), julgado em 27/01/2015.*

*Com a adoção do entendimento acima esposado, não tem razão a parte apelante, nesses pontos (fls. 312).*

9. Depreende-se do excerto acima transcrito que a Corte de origem concluiu pela procedência do pedido formulado, destacando não ser

razoável que o efetivo pagamento dos valores devidos ao Servidor fique sujeito ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração, bem como que eventual ausência de previsão orçamentária será suprida pelo comando judicial, com a imposição do pagamento via precatório ou RPV.

10. Contudo, esse fundamento, autônomo e suficiente à manutenção do aresto recorrido, não foi impugnado nas razões do Recurso Especial, permanecendo, portanto, incólume. Dessa forma, aplicável à espécie, por analogia, a Súmula 283 do STF. A propósito:

*ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. PERDAS E DANOS. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTOS BASILARES DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADOS. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. FALTA DE SIMILITUDE.*

(...).

2. *O recurso especial não impugnou os fundamentos basilares que amparam o acórdão recorrido, esbarrando, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF.*

(...).

5. *Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no REsp. 968.261/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 23.2.2016).*

2 2 2

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESAPROPRIAÇÃO POR INTERESSE SOCIAL. REFORMA AGRÁRIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO, NA VIA ESPECIAL. REQUISITOS QUE AUTORIZAM A DESAPROPRIAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. FATO IMPEDITIVO DO APROVEITAMENTO DO IMÓVEL. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTES PARA SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO*

# Superior Tribunal de Justiça

REGIMENTAL IMPROVIDO.

(...).

III. Não merece prosperar o Recurso Especial, quando a peça recursal não refuta determinado fundamento do acórdão recorrido, suficiente para a sua manutenção, em face da incidência do enunciado da Súmula 283 do STF ("é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles").

IV. Agravo Regimental improvido (AgRg no AREsp. 610.622/ES, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 29.2.2016).

11. Diante do exposto, com fundamento no art. 932, III do Código Fux, não se conhece do Recurso Especial da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.

12. Por fim, nos termos do que dispõe o art. 85, § 11 do Código Fux, fixam-se os honorários recursais em R\$200,00 (duzentos reais), que deverão ser acrescidos ao montante total.

13. Publique-se.

14. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR